

EM BUSCA DAS MULHERES DA PAMPA: CULTURA ESCRITA, RESISTÊNCIA E GÊNERO NOS SÉCULOS XIX E XX

IN SEARCH OF THE WOMEN OF THE PAMPA: WRITTEN CULTURE, RESISTANCE, AND GENDER IN THE NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES

RESUMO

Este estudo aborda a escrita de autoria feminina produzida na região meridional da América do Sul denominada Pampa, especialmente no contexto dos movimentos políticos e enfrentamentos armados ocorridos entre o fim do século XIX e início do século XX no sul do Brasil e na Argentina. Partindo da constatação de que a historiografia e a literatura gauchesca tradicionais privilegiam uma narrativa masculina e heroica, centrada na figura do gaúcho guerreiro, o texto busca as mulheres nesse território, suas práticas de escrita e por meio de quais documentos é possível acessá-las. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, revela que, apesar da exclusão sistemática nas narrativas oficiais, mulheres de diferentes origens, desde viajantes estrangeiras e esposas de líderes políticos a escritoras negras, indígenas e mulheres do povo registraram em obras literárias, documentos e escritos pessoais, as relações entre gênero, poder e natureza. Esses registros, muitas vezes preservados em publicações periódicas ou como apêndices de acervos masculinos, evidenciam, no entanto, estratégias de resistência, negociação e protagonismo. Isso mostra que a ausência provém de um sistema que permeia não apenas o cânone, mas o sistema de corpos, histórias e o próprio território. Conclui-se que é urgente visibilizar esses acervos, pois eles não apenas incrementam as versões oficiais, tanto na História quanto na Literatura, que as invisibilizou, como também contribuem para compreender a permanência de certas hierarquias de gênero, raça e classe na atualidade.

Palavras-chave: Cultura Escrita. Autoria Feminina. História das Mulheres. Pampa.

ABSTRACT

This study addresses women's writing produced in the southern South American region known as the Pampa, especially within the context of the political movements and armed conflicts that took place between the late nineteenth and early twentieth centuries in southern Brazil and Argentina. Based on the observation that traditional

Adriene Coelho Ferreira Jerozolinski

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Artes (PPGAVI/UFPel), mestre em Extensão Rural (PPGER/UFV), Pedagoga (DPE/UFV) e Historiadora (Unifahe). ORCID: 0000-0001-7900-2719. E-mail: adrienejero@gmail.com

Vania Grim Thies

Professora do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação/FaE/UFPel. Pedagoga (FAE/UFPel), especialista em Alfabetização e Letramento (FAE/UFPel), Mestre em Educação (PPGE/UFPel), Doutora em Educação (PPGE/UFPel), Pós-Doutora em Educação (PPGE/UDESC). ORCID: 0000-0002-6169-067X. E-mail: vaniagrim@gmail.com

historiography and gauchesque literature privilege a masculine and heroic narrative centered on the figure of the warrior gaucho, the text seeks to identify women in this territory, their writing practices, and the documents through which they may be accessed. Drawing on a qualitative and exploratory approach, the research reveals that, despite their systematic exclusion from official narratives, women from different backgrounds — ranging from foreign travelers and wives of political leaders to Black, Indigenous, and working-class women writers — recorded in literary works, documents, and personal writings the relationships between gender, power, and nature. These records, often preserved in periodical publications or as appendices to male collections, nevertheless reveal strategies of resistance, negotiation, and agency. This demonstrates that such absence stems from a system that permeates not only the canon, but also bodies, histories, and the territory itself. The study concludes that it is urgent to make these archives visible, since they not only broaden the official versions of History and Literature that once rendered them invisible, but also contribute to understanding the persistence of certain gender, race, and class hierarchies in contemporary society.

Keywords: Written Culture. Female Authorship. Women's History. Pampa.

Introdução

Este estudo¹ aborda a escrita de autoria feminina produzida na região meridional da América do Sul denominada Pampa. Englobando o Brasil (especialmente no Rio Grande do Sul) e partes da Argentina e Uruguai, esta extensa região natural com mais de 750 mil quilômetros quadrados tem um inestimável valor ecológico, científico, econômico, educacional, cultural, estético e recreativo (Mazurana, 2017). Ela é considerada um patrimônio natural, genético e cultural de importância global e vem sendo descrita desde o período colonial por demarcadores de fronteiras, missionários jesuítas, comerciantes, artistas, naturalistas e viajantes europeus, que registraram suas observações em diários, correspondências e livros que estão protegidos em arquivos públicos e privados.

Temos optado, em nossos trabalhos, por nos referir à região na forma flexionada, “a Pampa”, com o artigo “a” para marcar que além de um “bioma” (neutro/masculino), a Pampa também pode ser um substantivo feminino, porque pode ser pensada como existência, memória e pertencimento. Essa opção pretende reforçar o papel das mulheres na formação desse território, constituindo e visibilizando a escrita das mulheres como elemento para pensar a própria territorialidade e suas relações cotidianas entre humanos, não humanos e natureza. Ela é a casa, um lugar de cuidado, lutas, identidade, vida e resistência, e não apenas um recurso a ser explorado pela pecuária e agricultura, como tem sido feito historicamente.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Esta não é uma opção inovadora, pelo contrário, a terminologia relacionada à esta região varia seu uso na História, na Literatura e no falar tradicional. No Brasil, o termo adotado, com a influência de definições científicas como “o bioma pampa”, é frequentemente masculino, derivado de “o campo” ou “campos sulinos”. Na Argentina e Uruguai é “*La Pampa*”, pois no espanhol, o termo “la pampa” funciona para indicar a área de terra plana, as planícies e espaços abertos característicos da paisagem. *La Pampa* é, inclusive, uma província localizada na região central da Argentina. No dicionário, pampa é a pelagem do cavalo com duas cores, ou um cavalo de cara branca, e também “a extensa planície coberta de vegetação rasteira, na região meridional da América do Sul” (Rios, 2010, p. 383).

A Pampa é resultado da mistura de povos indígenas que já viviam aqui com os imigrantes europeus e africanos e migrantes brasileiros. Por isso a Pampa tem muitos nomes, sendo reconhecida de forma particular por cada povo ou comunidade que vive em seus ambientes: Campanha, *La Pampa*, Fronteira, Colônia, Rincão, Ylê, Tekoha, Lá Fora. O nosso lugar no mundo, mesmo que provisoriamente. Mais do que um lugar físico, é cultural, onde cada grupo vivencia sua cultura, espiritualidade, política e sustentabilidade, e território indispensável para a sua existência (Mazurana, 2017).

Enquanto bioma, a Pampa é uma grande área natural com clima temperado/subtropical, solo, plantas e animais próprios. Com predominância de uma vegetação baixa (gramíneas), o relevo é formado por coxilhas, que são ondulações suaves com cerros e morros mais isolados, que formam um horizonte aberto. Por apresentar uma paisagem aparentemente monótona, pela predominância das gramíneas e poucas áreas de mata fechada, foi considerada por muito tempo um grande campo vazio.

Desde o século XVI, com a colonização, mas com mais força a partir das primeiras décadas do século XX, o espaço rural da Pampa passou por transformações profundas. Populações originárias como os Guaranis, Kaingang, Charrua e Minuanos foram dizimados por campanhas militares, doenças e assimilação forçada. A Pampa, nas narrativas ameríndias, geralmente é uma entidade feminina ou de gênero neutro, ela é acolhedora, fértil, lugar de festa e não de guerra. O contato com os colonizadores europeus e imigrantes teve efeito direto e quase sempre negativo, levando à erosão de conhecimentos e mudanças drásticas na cultura, história e memória desses povos (Oliveira; Gómez, 2024).

A introdução do cercamento (arame farpado) e a substituição gradual da pecuária extensiva tradicional pela introdução de raças europeias, impactaram os modos de vida e a proteção do território. Na esteira da modernização, a pecuária e a agricultura avançaram sobre milhões de hectares de terras férteis. A degradação ocorre devido a conversão dos campos nativos em pastagens cultivadas, a silvicultura e os monocultivos, em especial, de soja e milho transgênicos, além do uso de agroquímicos, introdução de espécies exóticas, manejo inadequado do solo, da expansão imobiliária e de grandes obras (Mazurana, 2017; Beling; Cancelier; Flores, 2022). É o segundo bioma mais devastado do Brasil e continua padecendo com perdas constantes. No Brasil, que concentra a maior porção do bioma, menos de 3% desse território está protegido.

A compreensão da paisagem como campo aberto a ser conquistado e manejado se mesclou com a personalidade dos sujeitos que o vivenciam. Se pode perceber que há uma associação entre a Pampa e os sujeitos humanos que a vivenciam e que constitui uma identidade entre ambos, desta forma, o modelo de desenvolvimento tem degradado e transformado o território, suas paisagens e sua biodiversidade, e tem impacto direto nos sujeitos.

Segundo o antropólogo Ruben Oliven, há uma associação entre a Pampa e o gaúcho, que constitui uma identidade entre ambos, pois o gaúcho é um tipo formado pela inserção do sujeito com o meio ambiente e pela sua experiência desde muito cedo com a guerra, podendo ser compreendido socialmente como um produto da Pampa e politicamente como um produto da guerra (Oliven, 1992). O gaúcho ou *gaucho*, tipo social presente na bibliografia argentina, brasileira e uruguaia, quando não está segurando uma arma ou erguendo o punho em alguma revolução, está montado em seu cavalo, cavalgando nas coxilhas que conhece como a palma da mão, uma imagem utópica marcada por relações de poder, que ganhou projeção na literatura a partir dos anos 1900 com o Romantismo (Reverbel, 1986; Hohlfeldt, 2006).

Por ser uma região de fronteira marcada por séculos de revoltas, guerras e disputas de poder, nesse ambiente se estruturou uma sociedade profundamente patriarcal e militarista, onde os valores masculinos (força, coragem, destreza) eram soberanos, colocando o homem num lugar de protagonista. Num ambiente de campo aberto, com grandes distâncias a serem percorridas, ganhou destaque a figura do gaúcho, homem rude, forte e guerreiro, hábil com cavalos e conhecedor do território, um terreno inóspito a ser dominado. As mulheres, em oposição, despreparadas para lidar com a rudeza do território, foram confinadas ao espaço doméstico e a perfis idealizados ou estigmatizados. A literatura gauchesca, típica da região, eminentemente masculina, ignorou as mulheres, os raros personagens femininos em obras de autores homens são construídos geralmente de forma depreciativa e as escritoras estão ausentes dos nomes tidos como clássicos.

O ecofeminismo ganha relevância neste trabalho porque as demandas do feminino podem ser facilmente aproximadas das demandas ecológicas, uma vez que ambas têm como alvo de suas críticas, binarismos e hierarquizações arraigadas (King, 1997). De um lado a exploração da natureza, de outro, a submissão e apagamento das mulheres. A ausência provém de um sistema que permeia não apenas o cânone, mas o sistema de corpos, histórias e a própria narrativa sobre a ocupação do território.

A partir dessas questões, relacionamos a definição proposta neste Dossiê, de uma territorialidade como resultado das relações cotidianas que os humanos mantêm entre si, com a natureza interior e exterior para sobreviver biológica e socialmente, ao conceito de corpo-território ou “território-corpo” que vem sendo discutido por pesquisadoras feministas, ecofeministas e do movimento indígena numa perspectiva decolonial (Haesbaert, 2020). Não falta conhecimento sobre a importância e riqueza da Pampa, ou sobre formas de interação sustentáveis, o desrespeito ao território e às mulheres é uma construção colonial e patriarcal imposta por meio de múltiplas

formas de dominação e disciplinamento dos corpos, dos territórios, das comunidades, da natureza.

Ao buscar a escrita de autoria feminina pretendemos visibilizar as mulheres enquanto protagonistas nesse espaço marcado por violências de gênero e apagamento histórico, nomeando as marcas do patriarcado ainda presentes nas memórias e no imaginário da região, um território que ainda hoje permanece em pleno processo de disputa. Além de diferenças biológicas, fisiológicas ou orgânicas, os corpos masculino e feminino precisam ser vistos como ambientais, históricos, sociais, culturais e políticos, pois são constituídos pelas influências internas e externas (King, 1997), que justamente impedem ou facilitam suas atividades, atuação e mobilidade no território, como discutiremos na próxima seção.

Filha, esposa ou mãe de algum herói

Abordamos a escrita de autoria feminina produzida na região meridional da América do Sul denominada Pampa especialmente no contexto dos movimentos políticos e enfrentamentos armados ocorridos entre o fim do século XIX e início do século XX no sul do Brasil e na Argentina. Desde o período colonial, esta região de fronteira foi caracterizada por diversas revoltas e conflitos armados, instabilidades políticas e disputas de poder que influenciaram a sociedade e conformaram identidades regionais (Oliven, 2006). Os conflitos deram destaque aos homens nas atividades políticas e na guerra e estruturaram uma sociedade patriarcal, “onde os valores acertados eram necessariamente aqueles do universo masculino: força, coragem, destreza” (Pesavento, 1991, p. 58).

Na História e na Literatura este é “um universo eminentemente masculino, habitado por personagens cuja identidade está fortemente atrelada a sangrentas batalhas em tempos de guerra, ou a rudes atividades campeiras em tempos de paz”, como definiu Guimarães (2013, p. 14) em sua pesquisa sobre a literatura gauchesca, típica desta região. Há uma produção extensa e consolidada centrada no universo das estâncias, do gado e dos cavalos, marcadamente masculina e personificada na figura do gaúcho.

Enquanto os homens eram os atores sociais por excelência, as narrativas oficiais, jornalísticas e literárias frequentemente ignoravam as mulheres ou as mitificavam, mas em termos opostos. Enquanto o homem era forte e bravo, a mulher era o lado fraco, inferior, naturalmente passiva e sensível, por isso dependente do amparo de um pai ou marido, como discute a historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento (1991).

Mesmo com os avanços obtidos pelas mulheres nas esferas política, educacional e trabalhista a partir do final do século XIX, é possível notar uma postura depreciativa na construção de personagens femininos em obras de autoria masculina. A concepção da mulher como algo a ser possuído e usado pelo homem é “uma ideia recorrente na literatura de temática gaúcha” (Guimarães, 2013, p. 110). Se percebe essa postura

depreciativa tanto em relação às mulheres de elite quanto às mulheres das classes populares, operárias (Pesavento, 1985; 1991; 1995; 2008) e indígenas (Sosa, 2001), espelho do machismo estrutural e naturalizado nas sociedades da época (King, 1997).

Na Pampa, a mulher ficava em casa esperando o retorno heroico do homem. Este perfil dócil, construído ao longo dos tempos, pode ser entendido como uma representação da dominação masculina apresentada como natural, mas que serve ao polo dominador, pois está mesclada com as demais contradições sociais e de classe (Louro, 1987). Relegada ao espaço doméstico, a participação pública era desencorajada. Mulheres que rejeitavam esse papel eram construídas no extremo oposto, como anti mulheres. Fontes de pecado, ardilosas, propiciadoras de perdição, inspiradoras de crimes, prostitutas, destruidoras de lares, desencaminhadoras da juventude, mulheres de vida fácil. Essas eram execradas e alvo de deboche (Pesavento, 1991).

A idealização das mulheres em seus papéis familiares não era exclusividade da Pampa, apenas reproduzia estereótipos existentes há séculos, que chegaram à América do Sul junto com a colonização europeia (Pedro, 2017). Ou seja, o lugar da mulher nesta época, quase no mundo todo, eram os espaços privados, domésticos, de preferência bordando ou tocando o piano e se expressando apenas de maneira íntima ou produzindo formas específicas de escrita pública relacionada à educação, caridade, cozinha e etiqueta (Perrot, 2005).

Devido às questões de fronteira e as lutas internas, o Rio Grande do Sul e os países vizinhos tiveram um processo mais lento de organização escolar e despreocupação com a instrução feminina. A professora Guacira Lopes Louro (1987), em seu clássico livro *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*, sobre a educação da mulher gaúcha, traça um panorama da instrução feminina no Rio Grande do Sul que permite visualizar este processo. Ela analisa que no período colonial praticamente inexistia preocupação com a educação de mulheres. As mulheres escravizadas eram as únicas que participavam da força produtiva e essa era considerada uma força de trabalho sem necessidade de qualificação. Após a instalação da Primeira República² e com as transformações a nível internacional, a preocupação com a instrução feminina se ampliou, mas manteve-se num nível abaixo da instrução dos homens. Para as mulheres de elite se dava educação moral e cívica, prendas domésticas, religião, piano e um pouco de matemática e português, ficando restritas ao ensino primário e sem acesso ao ensino secundário oficial, algo considerado “coerente com o papel que iriam desempenhar na sociedade” (Louro, 1987, p. 14).

As mulheres, mesmo nas classes altas, que em alguns casos eram educadas por preceptoras estrangeiras, por muito tempo estiveram destinadas a serem apenas leitoras, chegando mesmo a serem proibidas de escrever. Como explica Louro (1987) não havia espaço para uma educação formal, escolarizada nem mesmo para as filhas dos estancieiros, nos tempos coloniais ou até do Império. Parecia ser supérfluo a cultura letrada (ler, escrever, contar). Pesavento (1991) complementa essa informação,

2 A Primeira República, também conhecida como República Velha ou República das Oligarquias é o período da História do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15/11/1889, até à Revolução de 1930.

explicando que os valores e ideias que compunham o imaginário social sobre a mulher perpassava, neste período, sob a influência da moral positivista, predominante na época, a sociedade de alto a baixo, numa interpretação interclassista. “Nascida “encantadora menina”, “anjo de pureza”, crescia “casta donzela” e “filha obediente” para tornar-se “fiel esposa” e “mãe dedicada”. Predestinada, portanto, a ser a “rainha do lar”, porque outro cetro a sociedade não lhe admitiria...” (Pesavento, 1991, p. 60).

Ou seja, o espaço público e a escrita não eram considerados lugares naturais ou desejáveis para as mulheres, esses eram lugares para homens. Documentos oficiais, obras literárias e jornais eram escritos por e para homens, porque os temas de interesse eram o ambiente público, político, econômico e de guerra, nos quais a maioria das mulheres estava aparentemente excluída. Ou seja, quem conta geralmente também precisa ser um homem. Guimarães (2013) identificou a ausência total de escritoras dentre os nomes tidos como canônicos da literatura gauchesca produzida nos países da região platina, constatação que pode ser “igualmente válida também para o Brasil” (Guimarães, 2013, p. 14).

De modo geral, o início do século XX, no entanto, também foi um período de muitos avanços, efervescência intelectual, reformas educacionais e administrativas. Neste período também viveram artistas, escritores, filósofos e pensadores que introduziram reflexões responsáveis por alterar padrões da sociedade da época, seja na medicina, nas artes, nas ciências e no comportamento. Com os avanços tecnológicos, houve o surgimento de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão, que acompanhavam a expansão do jornalismo e da imprensa, impulsionando mudanças nas questões relativas a gênero e na relação cultura e natureza.

Ainda que pelos padrões vigentes, devessem se circunscrever ao reduto doméstico, no plano das condições concretas da existência, diferente da idealização estereotipada produzida e reproduzida pela escrita masculina, as mulheres se expressaram em ações individuais e coletivas e neste período houve um aumento das escritas femininas (Motta, 2015). Contribui também a questão de que junto com a impressão gráfica, a papelaria estava em pleno desenvolvimento (Perrot, 2005, p. 37).

É importante evidenciar que diferenças entre os grupos sociais a que pertenciam as mulheres determinaram diferentes estratégias de participação, registro e preservação de seus acervos. A escrita era uma prática de mulheres das classes mais abastadas, enquanto “as mulheres das classes populares não escolarizadas ficavam, em geral, excluídas dessa prática, pois careciam de condições materiais e até residenciais que lhes garantisse maior intimidade ou isolamento” (Cunha, 2007, p. 48-49).

Também é importante perceber que os indivíduos se modificam conforme as circunstâncias e geralmente as representações forjadas para garantir a dependência e a submissão são superadas dentro do próprio sistema de poder social ou sexual. As mulheres não são apenas personagens passivos ou, de outro lado, maléficos, como reproduzido pela visão idealizada orientada por personagens e valores masculinos, dentro da narrativa linear de uma vida de lutas, glórias e sucesso. Há toda uma gama de adaptações e as rupturas ou insubordinações não precisam ser grandiosas, elas

podem se dar de modo mais sutil, a partir de negociações e necessidades do momento. Como analisa a historiadora francesa Michelle Perrot (2005):

Em uma sociedade globalmente dominada pelo poder masculino, as mulheres exerceram, entretanto, todo o poder possível. As mulheres do século 19 – e provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes (Perrot, 2005, p. 273).

O que acontece é que, mesmo em sociedades marcadas por fortes hierarquias de gênero, classe e raça, as mulheres negociaram seus espaços, resistiram a limitações impostas e construíram suas próprias estratégias de atuação, assumiram funções públicas, inclusive nas guerras, e registraram suas histórias por meio de diferentes modalidades de escrita (textos literários, jornalísticos, diários, cartas, entre uma infinidade de possibilidades). Suas escritas, expressão de uma experiência especificamente feminina, mostram paisagens alternativas, aprofundam questões sobre cultura, política e o próprio papel desempenhado pelas mulheres na produção de conhecimento sobre a Pampa, esse território que ainda hoje permanece em pleno processo de disputa.

Tendo em vista tais aspectos, buscamos as mulheres da Pampa para conhecer os papéis que desempenharam no contexto dos movimentos políticos e enfrentamentos armados ocorridos no território e compreender por meio de quais práticas de escrita, hoje, podemos ter acesso às pessoas concretas que colocaram em prática (ou não) as normas que regulamentavam e sistematizavam o funcionamento dessa sociedade.

Este estudo é o resultado de um exercício de busca ativa que coincide com o de outras pesquisadoras em várias partes do mundo, que vêm, desde a década de 1980, na esteira da crítica feminista e das teorias de gênero, direcionando os esforços para identificar e revalorizar textos escritos e publicados por mulheres, excluídos, ignorados ou menosprezados como se fossem irrelevantes. Mesmo mulheres que, em sua época, ocupavam posições de destaque, após seu falecimento, rapidamente foram invisibilizadas. Outras, como veremos a seguir, aparecem apenas em notas de rodapé de obras literárias e estudos acadêmicos ou têm suas histórias de vida reduzidas a episódios e curiosidades pitorescas (Ritzel, 2020), sendo lembradas apenas como filhas, esposas ou mães dos líderes militares ou políticos da região. Em alguns casos, não são consideradas personagens principais nem em seus próprios diários privados, ou, ocupando posições de destaque, foram comparadas a homens, o que produziu e reproduziu narrativas sob um viés masculino e patriarcal (Perrot, 2005).

Mais do que uma lista de mulheres, o que buscamos é compor um mapa aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”, como previsto pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995, p. 22). Um mapa que desperte o interesse de outras pesquisadoras em direção a essas mulheres, porque sabemos que este mapa será sempre incompleto,

afinal, por mais oprimidas, impedidas de escrever ou excluídas que fossem, em todos os tempos as mulheres estudaram, modificaram e escreveram à pampa³ sobre os territórios por onde estiveram. Estudar e escrever sobre elas é urgente.

Quem são, afinal, as mulheres da Pampa?

Um dos primeiros registros sobre a região foi feito pelo naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hillaire (1779-1853), que passou pela região da Pampa no início do século XIX. Além de relatos detalhados sobre o espaço natural, paisagem, vegetação e biodiversidades típicas, escreveu sobre os aspectos socioculturais, alimentação e descreveu as mulheres e homens que encontrou em seu roteiro. Ele fez comparações entre as mulheres do Sul do Brasil, por exemplo, com as mulheres europeias e com as mulheres mineiras, que havia conhecido anteriormente, julgando as do Sul, pela sua descendência europeia, mais bonitas, elegantes e sociáveis que as de outros lugares (Pedro, 2017). É importante notar, como aponta Pedro (2017), que os viajantes, em geral, se referiam apenas às mulheres brancas de família abastada e não mencionavam, em seus relatos, a existência de mulheres pobres, negras e indígenas, ignorando as contradições da vida das diferentes camadas sociais.

Para pesquisar histórias de vida de mulheres pobres e analfabetas que habitavam Porto Alegre na passagem do século XIX para o XX, a historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento (2008) teve que recorrer a depoimentos em processos criminais, artigos de jornais, registros policiais e prontuários da Santa Casa de Porto Alegre. Perrot (2005) chama a atenção para que, nos arquivos públicos, destinados aos atos da administração e do poder, mesmo quando as mulheres estão ausentes, elas aparecem de alguma forma, nem que seja quando perturbam a ordem ou fazem queixas. Alguém escreve em nome delas, mas, como acrescenta a historiadora francesa Arlette Farge (2022), mesmo assim, suas vidas cotidianas e um modo próprio de se expressar, usando estruturas de pensamento que lhe são próprias, emergem nos documentos.

Na mesma direção, a historiadora argentina Norma Sosa, dedicada ao estudo da história regional e dos povos originários, publicou em 2001 o livro *Mujeres Indígenas de la Pampa y la Patagonia*, obra fundamental para a história, antropologia e estudos de gênero na Argentina. Interessada em recuperar vozes historicamente silenciadas, Sosa (2001) registra que ainda menos que mulheres brancas, as mulheres indígenas não figuram nos dicionários bibliográficos. Quando citadas, são mencionadas em relatórios militares apenas como membros da ralé, como um grupo vago de velhas excêntricas e permissivas, *muchachas pintarrajeadas* ou prisioneiras rancorosas que resistiam à doutrina. Descobrir seus nomes, suas vidas e seus destinos não é tarefa fácil, mas algo possível de recuperar, segundo a autora, por meio de pesquisas documentais minuciosas e um olhar atento para periódicos, documentos oficiais, relatos de viajantes e narrativas orais. A obra de Sosa registra biografias e memórias de princesas, cacicas, esposas e

³ A expressão “à pampa” é uma gíria brasileira que pode significar “em abundância”.

filhas de caciques, intérpretes, xamãs e mulheres capturadas que desempenharam papéis chave nas relações de fronteira, na resistência contra a invasão de terras e na manutenção de suas culturas e deve ser referência para estudos em diversas áreas.

Sobre as mulheres no Rio Grande do Sul, Pesavento (1991) avaliou, no início da década de 1990, que existia uma escassez de fontes e registros formais sobre as mulheres na historiografia oficial do Rio Grande do Sul. Quase uma década depois, “quase nada ou simplesmente notas de rodapé”, como observou o jornalista Ricardo Ritzel (2020). Embora hoje em dia já se reconheça seu papel protagonista (Haddad, 2024) em todas as revoluções que marcaram a região da Pampa nos séculos XIX e XX, desde a Guerra da Cisplatina (1825-1828), passando pela Revolução Farroupilha (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução Gaúcha de 1923, em comparação com os estudos sobre os homens, ainda são poucas as mulheres estudadas, basta uma olhada nas prateleiras das bibliotecas, livrarias e editoras especializadas na história das guerras e na história do Rio Grande do Sul e seus países vizinhos.

Hoje já se sabe que a logística de inteligência de guerra, que envolvia estocagem de armas e suprimentos, a logística e trocas de mensagens, passavam pelas mãos de mulheres, que detinham informações cruciais para as batalhas. Elas prestavam favores de estadia, realizavam costuras nos uniformes das tropas, e em tempos de guerra, com os homens fora por longos períodos, assumiram funções como a administração do patrimônio da família e a própria gestão das propriedades rurais (Machado, 2024). Também atuavam “como enfermeiras na Cruz Vermelha durante movimentos armados, na organização de eventos e campanhas de arrecadação de fundos para o partido ou determinada causa, na organização de ligas femininas em apoio a candidatos, etc.” (Dal Forno, 2020). Sabemos pouco sobre elas.

Uma questão que chama a atenção é que as mulheres que ganham alguma visibilidade geralmente são ligadas a figuras masculinas de destaque. De modo geral, elas são citadas apenas como coadjuvantes (filhas, esposas, irmãs) dos líderes revolucionários da região e suas histórias são narradas apenas como episódios curiosos e pitorescos (Ritzel, 2020). Lemaire (1994) é irônica ao notar que, mesmo que tenham lutado com heroísmo ou escrito brilhantemente, as mulheres foram simplesmente excluídas das narrativas ou são apresentadas como casos excepcionais, para mostrar que não há espaço para mulheres “normais” em assuntos de homem.

Uma mulher marcante no imaginário gaúcho e com presença garantida nos conteúdos da Revolução Farroupilha em livros didáticos é Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi (1821-1849), sempre referida como companheira do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, conhecido pela participação na Revolução Farroupilha e no processo de unificação da Itália. A biografia de Anita Garibaldi foi delineada na historiografia do final do século XIX e início do século XX, como a de uma mulher excepcional, diferente de todas as outras. Além de coragem, decisão e dedicação aos filhos e ao esposo, o jornalista Virgílio Várzea, que nas primeiras décadas do século XX publicou obras literárias e jornalísticas abordando o casal, chega a escrever que diferente de outras mulheres da sua época, que viviam na faceirice e

tagarelice, Anita Garibaldi, apesar de conservar o ar sóbrio e modesto, devotado às ações e deveres do lar, possuía uma fibra de masculinidade, sendo um “exemplo que a espécie mulher, também pode produzir uma heroína” (Junior, 2000, p. 48).

As gaúchas Honorina Castilhos (1862-1904), Amália Corrêa (s/d), ou Apolinária Cardoso de Souza (s/d), também são geralmente citadas em trabalhos sobre a participação de mulheres na Revolução Farroupilha. Mulheres da elite farroupilha, elas são, no entanto, apenas coadjuvantes nas batalhas dos seus companheiros, estes sim, figuras de destaque em biografias, arquivos públicos e bibliotecas. Dessas mulheres, pouco se sabe, mesmo tendo pertencido à uma elite ilustrada. Não é possível acessar seus escritos e há poucas informações sobre suas biografias. O envolvimento no planejamento e logística para surpreendentes fugas de filhos e maridos capturados pelo grupo rival, e apoio logístico para distribuição de armas e informações táticas são narrados como episódios pitorescos, mas mostram uma disposição para o enfrentamento, o que indica a subversão dos papéis a elas atribuídos (Ritzel, 2020).

Diante das dificuldades em localizar registros sobre a participação das mulheres e o modo como protagonizaram os episódios relacionados à Guerra Farroupilha, o Museu de História Julio de Castilhos, em Porto Alegre (RS), recorreu a objetos como fotografias, vestuário, receitas culinárias e correspondências como fontes indiretas para montar a Exposição Mulheres na Guerra Civil Farroupilha e a Exposição Narrativas do Feminino (Machado, 2024). É sintomático que alguns dos textos escritos por estas mulheres só podem ser acessados justamente, por causa dessas mulheres serem esposas, mães ou filhas de algum homem da elite política, econômica ou militar.

Um exemplo espetacular são as correspondências que Bernardina Rodrigues Barcellos de Almeida (1806-1846) frequentemente trocava com seu esposo, o Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida (1797-1871). Com a eclosão da Farroupilha, o contexto de afastamento conjugal obrigou a troca de correspondências onde é possível perceber que muitas decisões da administração feminina relativas à educação dos filhos e bens do patrimônio foram discutidas por meio das muitas cartas trocadas. Como o marido respondia utilizando o verso da carta recebida, e por se tratar de um conhecido político, jornalista e militar brasileiro, essas correspondências foram preservadas. Suas comunicações demonstram o poder igual de decisão sobre a administração da estância, assim como o peso que Bernardina possuía na manutenção política da sua rede de relações na elite estancieira (Machado, 2024). Essa produção epistolar em torno do cotidiano de Bernardina vem, atualmente, ganhando visibilidade entre as correspondências que se encontram na Coleção Varela, atualmente custodiada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

As mulheres sempre escreveram, nem que tivessem que assinar seus textos com pseudônimos masculinos ou neutros, para contornar o machismo, a falta de educação formal e a exclusão do ambiente literário masculino. Para garantir que seus textos fossem publicados sem serem julgados pelo seu gênero, a escritora porto-alegrense Ana Belmira da Fonseca Barandas (1806-1863), mais conhecida pelo nome literário Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, utilizou desta estratégia enquanto era casada, uma vez que não tinha o consentimento do marido para publicar. Considerada uma

das pioneiras da escrita feminina e feminista no Brasil, Ana era uma mulher da elite, e conseguiu se divorciar em 1843, algo estigmatizado pela sociedade da época. Este ato jurídico, mesmo sem valor legal, por ter sido justificado pela infidelidade do marido, segundo Flores (1991), atenuou a sanção social e conferiu a Ana Eurídice poderes e responsabilidades negadas a outras mulheres, como a educação e manutenção da prole, a administração e gerência dos bens, consideradas atividades masculinas, “que só escorregavam às mãos femininas quando circunstâncias como guerra ou morte subtraíam o chefe mantenedor e não houvesse quem o substituísse (Flores, 1991, p. 31).

A necessidade de consentimento do marido para publicar foi uma limitação que perdurou oficialmente até as últimas décadas do século XIX. As limitações às mulheres não eram apenas uma decisão pessoal, eram impostas por lei. Os maridos sucediam aos pais, pois as mulheres, até então, eram legalmente consideradas incapazes. No Brasil, os direitos das mulheres só começaram a ser garantidos pela legislação a partir da década de 1930, mas o grande marco para romper legalmente a hegemonia masculina foi apenas na década de 1960, com a Lei nº 6.121/1962, que concedeu plena capacidade civil à mulher, que passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal, podendo exercer atividade profissional e aceitar herança ou legado, sem autorização do marido. O divórcio, que Ana Eurídice conseguiu acessar em 1843, só chegou à outras mulheres em 1977, com a promulgação da Lei n.º 6.515. Curiosamente, o divórcio foi concedido a Ana Eurídice com a condição de que ela perdesse o direito a novo casamento, como se isso fosse uma punição.

Ana Eurídice é reconhecida como uma das primeiras mulheres gaúchas a publicar um livro. Em 1845 ela publicou a obra *O Ramallete ou Flores escolhidas no Jardim da Imaginação*⁴, uma coletânea de poesias, crônicas e contos escritos ao longo da década anterior, onde expressa sentimentos como amor, alegrias e decepções, além da experiência da guerra e o patriotismo numa reflexão filosófica e de crítica social.

No conto *Diálogos*, descreve um debate entre as ideias feministas e o machismo dominante na época (Flores, 1991). *Diálogos* mostra uma batalha intelectual entre três personagens, Mariana, o pai ultraconservador Huberto e o primo Alfredo, que desempenha um papel conciliador, embora ainda pautado por valores patriarcais. Eles discutem sobre a Guerra Farroupilha e orientam Mariana a não participar de discussões políticas, por ser algo impróprio e ridículo para mulheres, que deveriam se dedicar apenas aos afazeres domésticos. Mariana é crítica e analisa que os homens orientam suas ações por interesses políticos escusos. O pai, violentamente a repreende por estar se metendo no terreno político, reservado exclusivamente aos homens: “Rapariga, fala em teus bordados, rendas, costuras e não te importes com essas coisas. Não vês que menoscabam as mulheres que querem parecer doutoras?” (Flores, 1991, p. 26-27). O diálogo segue neste tom, no qual o pai busca, de maneira agressiva, desvalorizar as mulheres, afirmando que ao se envolverem em assuntos masculinos, como a guerra ou a política, elas estariam se ridicularizando e perdendo valor perante a sociedade.

4 A Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional guarda um exemplar físico da edição original de *O Ramallete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*.

Flores (1991) conta que Ana Eurídice foi hostilizada, sofreu preconceito e foi rejeitada pela Igreja e pela sociedade da época, mas, por dispor de recursos para se sustentar, não precisou abrir mão de seus princípios e garantiu sua independência intelectual, principalmente na crítica aos desmandos farroupilhas que presenciou, injustiças sociais envolvendo a mulher como: divórcio, insegurança, falta de renda, luta pela emancipação no trabalho feminino, entre outros temas. Após seu falecimento, em 1863, no entanto, foi apagada da história e da literatura. Seus textos foram redescobertos e publicados apenas em 1990 com notas da historiadora gaúcha Hilda Agnes Hübner Flores, que coletou informações no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

A escritora argentina María Teresa Andruetto, que desenvolve um projeto para tirar do anonimato escritoras argentinas dos séculos XIX e XX, analisa o modo como as mulheres que escrevem são tratadas, geralmente recebendo rótulos pejorativos como: *românticas, burguesas, intimistas, superficiais, mediáticas, tilingas, desclasadas, facilistas, arribistas, representantes de literatura best-sellerista, de mala calidad, mujeres inadecuadas*, entre diversos outros. Para Andruetto (2022), esses rótulos, ao serem desconstruídos, evidenciam, ao contrário, a potência e a necessidade de suas vozes e ainda lembra que, mesmo na ausência de reconhecimento da crítica e da academia, os livros publicados por essas mulheres contribuíram para o crescimento de editoras nacionais com números de vendas que hoje são surpreendentes. Isso revela que a importância dessas mulheres não está apenas na qualidade estética de suas escritas, mas na insistência de escreverem a partir de lugares de não pertencimento, de marginalidade e de insurgência contra os cânones masculinos, reivindicando assim um lugar legítimo na história e na literatura.

Martin e Goswitz (2012) interessadas nas mulheres pioneiras na literatura do século XIX na América Hispânica, que abrange as falantes de espanhol, apresentam trabalhos que evidenciam o caráter pioneiro e a atuação ou postura política, intelectual, cultural e teórica de mulheres articuladas com a teoria feminista e a história das mulheres, mas ainda não inteiramente reconhecidas nos estudos de gênero. Uma dessas mulheres, também citada por Andruetto (2022) é Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875).

Escritora, tradutora, jornalista e professora argentina, Juana Manso viveu a experiência do exílio quando seu pai fugiu da ditadura argentina de Juan Manuel Rosas (1793-1877). Primeiro exilaram-se no Uruguai, depois no Brasil. Em 1852 Juana se naturalizou brasileira com o objetivo de estudar na Escola de Medicina, mas foi recusada por ser mulher. Juana Manso editou a revista literária mensal *O Jornal das Senhoras*⁵, importante publicação ilustrada que tratava sobre moda, literatura, belas-artes, teatro, e outros temas, buscando contribuir para a educação de mulheres e formação do pensamento crítico por parte de suas leitoras (Rodrigues, 2017). Após se separar do marido em 1859, retornou a Buenos Aires, onde passou a escrever artigos para jornais argentinos e foi nomeada diretora da primeira escola mista da cidade,

⁵ O *Jornal das Senhoras* circulou de 1852 a 1855, com 209 publicações (Silva, 2018).

de onde contribuiu para o acesso de mulheres, crianças e jovens, sobretudo aqueles despossuídos de direitos, à educação e à cidadania (Martin; Goswitz, 2012).

A pesquisadora argentina Élida Lois analisa a importância e reconhecimento que Juana Manso teve em sua época e chama a atenção para um comentário feito por Domingo Faustino Sarmiento, escritor, educador e presidente argentino, por ocasião do falecimento da autora, que pretendia ser um elogio, mas que revela o preconceito contra as mulheres mantido mesmo por setores progressistas. Sarmiento escreveu: “*La Manso, a quien apenas conocí, fue el único hombre en tres o cuatro millones de habitantes en Chile y la Argentina que comprendiese mi obra de educación*” (Lois, 2006). Assim como Anita Garibaldi, o que vemos aqui é que uma mulher, quando exemplar, deve ser comparada a um homem. Lemaire (1994) é irônica ao notar que, mesmo que tenham lutado com heroísmo ou escrito brilhantemente, as mulheres, quando não foram simplesmente excluídas das narrativas, são apresentadas como casos excepcionais, para mostrar que não há espaço para mulheres “normais” em assuntos de homem.

Um acervo que vem nos últimos anos ganhando visibilidade, mas ainda frequentemente relacionado a um homem, é o de Cecília de Assis Brasil (1899-1934). Filha do advogado, político e diplomata gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil, Cecília não apenas viveu em diversas propriedades rurais na região da Pampa, entre o Brasil e o Uruguai, como também circulou e registrou a Pampa intensamente. As escritas de Cecília, publicadas em 1983 na obra memorialística *Diário de Cecília Assis Brasil: período 1916-1928*, além de descrever o cotidiano das diversas propriedades rurais em que viveu e administrou, detalhou o envolvimento de sua família nos acontecimentos políticos e revolucionários que marcaram o Rio Grande do Sul e o Brasil no início do século XX, em especial a Revolução Gaúcha de 1923 e seus desdobramentos, até a Revolução de 1930, movimento de rompimento institucional que deu fim à Primeira República no Brasil e acelerou o processo de mudanças amplas no país.

Raquel de Queiroz, em resenha publicada no jornal *Ultima Hora* na época da publicação dos diários em formato de livro, escreveu que “a figura mais importante dessas duzentas páginas é na verdade o pai da moça, J. F. de Assis Brasil, sim, Assis Brasil em pessoa, o famoso líder liberal gaúcho” (Laitano, 2022, p. 86). Ou seja, Cecília, neste caso, não seria a personagem principal de seu próprio diário privado, opinião compartilhada também por Reverbel (1983) e Braga (1983). Seus diários manuscritos, recentemente descobertos, foram preservados como apêndices ao Acervo relacionado ao pai, mas eles não falam apenas de Assis Brasil, Cecília produziu relatos detalhados que são fonte para diversas áreas do conhecimento, desde a Medicina Veterinária, Artes, Memória Social e Patrimônio, Desenvolvimento Regional e Física, além de Letras, História e Educação, que concentram a maior parte dos trabalhos (Jerozolimski, 2024).

Se é difícil acessar as escritas das mulheres da elite, ainda mais difícil é chegar às de mulheres gaúchas negras. Mulheres como Celina Buzz (s/d), Izaltina Ribeiro (s/d), Sophia Ferreira Chaves (s/d) e Carmem d’Aguiar (s/d), que escreveram no periódico *O Exemplo*⁶, um dos primeiros jornais negros do Brasil, foram figuras

6 O jornal *O Exemplo* foi fundado por Joaquim José de Santana (também conhecido como Sant’Anna). Um dos primeiros periódicos negros do Brasil, circulando entre 1872 e 1894 no Rio de Janeiro. O jornal

pioneiras e muito importantes na imprensa negra e abolicionista do século XIX. Sabe-se que viveram no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, onde podiam exercer suas atividades num período de intensa efervescência abolicionista, mas suas trajetórias foram pouco registradas devido ao racismo e ao apagamento histórico. A maior parte das informações sobre elas vem de citações em jornais da época ou de pesquisas acadêmicas recentes que buscam resgatar a história da imprensa negra no Brasil, como Ana Flávia Magalhães Pinto (2021), que analisa a imprensa negra no Brasil do século XIX. A partir de estudos como este, sabemos que seus textos abordavam temas como educação, direitos civis, abolição, autonomia e o papel da mulher negra na sociedade, mas temos pouquíssimas informações sobre elas.

Achugar (2003), ao sublinhar a palavra escrita como ato fundacional dos estados nacionais, indica que a elite letrada tinha a intenção de escrever uma história sob seu ponto de vista, ignorando grupos marginalizados, como é o caso das mulheres, para que não fizessem parte da memória oficial. Isso acontece porque “a história tem sido feita, escrita, relatada e interpretada pelos homens, que são os atores sociais por excelência dos acontecimentos, os protagonistas centrais dos grandes eventos e os agentes das principais mudanças” (Pesavento, 1991, p. 54).

De modo geral, como discutimos, as histórias das mulheres foram sistematicamente apagadas ou menosprezadas, mas informações sobre elas podem ser resgatadas, nem que seja nas entrelinhas, como mostram estudos de Sosa (2001), Farge (2002), Pesavento (1985; 1991; 1995; 2008), Perrot (2005), entre outros. Não era esperado que viajassem pelo território ou escrevessem sobre questões políticas ou relacionadas aos aspectos econômicos, geográficos e militares, no entanto, elas fizeram isso e muito mais. Viajaram pelo mundo e pela região da Pampa e escreveram diários, cartas, textos literários, jornalísticos e uma infinidade de papéis que “nos interpelam e clamam por visibilidade” (Cunha, 2020, p. 260). Suas escritas, expressão de uma experiência especificamente feminina, mostram paisagens alternativas, aprofundam questões sobre cultura, política e o próprio papel desempenhado pelas mulheres na produção de conhecimento sobre a Pampa, esse território geográfico e imaginário que ainda hoje permanece em pleno processo de disputa.

Concluindo para recomeçar

Embora hoje em dia já se reconheça o papel protagonista das mulheres em todas as revoluções que marcaram a região da Pampa nos séculos XIX e XX, ainda é urgente realizar mais estudos sobre suas escritas, porque elas mostram que mais do que um lugar geográfico, mostram a esfera do vivido, as práticas, as subjetividades, e ao mesmo tempo, as resistências. Em geral, quando se fala sobre guerras, as mulheres aparecem lateralmente, em geral como coadjuvantes dos líderes revolucionários da região, como se as mulheres fossem unicamente coadjuvantes de homens bravos e

defendia a abolição da escravidão, a educação para a população negra e a inserção social dos libertos.

de alguma forma, superiores na ação e na escrita. Isso tem raízes na construção da figura mítica do gaúcho com conotações heróicas e da mulher ocupando os espaços domésticos, que constituiu o estereótipo da sociedade gaúcha na historiografia oficial e na literatura nascida no fim do século XIX. Esta era uma perspectiva moral adaptada à uma sociedade onde os homens ditavam as leis e ocupavam os cargos políticos e militares.

Na atualidade, essas representações vêm sendo atingidas por uma visão mais crítica da realidade social, se mostrando anacrônicas e impulsionando estudos, principalmente a partir da perspectiva feminista. Isso tira da invisibilidade personagens e documentos variados que contribuem para renovar o cânone. Como vimos, este mapeamento das mulheres da Pampa aponta para muitos caminhos e possibilidades de estudos. À medida que avançamos na busca, as mulheres emergiram nos registros e nos deram a certeza, certamente compartilhada com outras pesquisadoras na atualidade, que definitivamente, não podemos acreditar quando dizem que foram os homens que escreveram e descreveram os territórios. Afinal, pertencemos a um tempo histórico específico e a um território concreto e não existe uma história única. As narrativas engendradas são sempre resultado de conflitos, tensões, escolhas e silenciamentos.

No caso da Pampa, mesmo sem receber o devido reconhecimento ou publicidade, as relações sociais, culturais, econômicas, políticas, históricas e ambientais também vêm sendo estudadas, modificadas e descritas por mulheres. Escritoras, jornalistas, educadoras, indígenas e mulheres do povo circularam pela região da Pampa e registraram de diversas formas esse período histórico e as relações entre gênero, poder e natureza em obras literárias, documentos e escritos pessoais que contribuem para documentar a diversidade de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais e incrementar as versões oficiais, antes centradas na atuação masculina na política, no campo de batalha, tanto na História quanto na Literatura.

Referências Bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 58-71.

ANDRUETTO, María Teresa. Mujeres y escritura: románticas, burguesas, intimistas, superficiales, mediáticas, tilingas, desclasadas, facilistas. Seminario Borrando Fronteras de la IV Feria Internacional del Libro de las Universitarias y Universitarios de la Universidad Nacional Autónoma de México. Centro de Documentación Juan Carlos Garat, Córdoba, Argentina, 2022.

AMARAL, Marise Basso. *Histórias de Viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX*. Tese

(Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BRAGA, Rubem. Histórias da Fronteira Sul. *Jornal do Commercio* (RJ), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 15/10/1983.

BELING, Helena Maria; CANCELIER, Janete Webler; FLORES, Carmen Rejane. *Transformações no espaço rural gaúcho: um olhar para o Pampa Gaúcho. GeoTextos*, vol. 18, n. 1, julho, 2022, p. 89-111.

CORREA, María Eugenia Allende. *Lady Patagonia*. Florence Dixie. La primera turista de la región magallánica. Ediciones Universidad Católica de Chile, 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários Pessoais: Territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2020.

DAL FORNO, Rodrigo. “Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*: três mulheres do século XVII. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (volume 1). São Paulo: Editora 34, 1995.

DEL PRIORI, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

HADDAD, Naief. Mulheres na Guerra do Paraguai. *Caderno Ilustrada Ilustríssima da Folha de São Paulo*. 04 fev. 2024, p. C10.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *Revista GEOgraphia*. vol 22, n.48. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2020, p 75-90.

HOHLFELDT, Antônio. O Gaúcho: tipo social de tríplice representação. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 19-71.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Ana Eurídice Eufrosina de Barandas. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Mulheres - Século XIX. Revista de Literatura Brasileira*, Florianópolis, n. 23. 1991, p. 15-36.

GUIMARÃES, Rafael Eisinger. *Pampa, substantivo feminino: a reconfiguração da literatura gauchesca na narrativa de Silvina Ocampo*. (Tese em Literatura Comparada). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

JEROZOLIMSKI, Adriene Coelho Ferreira. Mapeamento Bibliográfico Sobre Cecília de Assis Brasil em Repositórios Online. Anais do 29º Encontro da Associação Sul-Rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação. Bagé: Unipampa-RS, 2024, p. 269-273.

JUNIOR, Antonio Manoel Elíbio. *Uma heroína na História: representações sobre Anita Garibaldi*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

KING, Ynestra. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, Alison Mary; BORDO, Susan (orgs). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Roda dos Tempos, 1997.

LAITANO, Cláudia. *Tumultuário: cadernos de memórias de Carlos Reverbel*. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

LEITE, Mirian L. Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu* (15), Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2000, p.129-143.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 58-71.

LOIS, Élida. Juana Manso en Rio de Janeiro: Cruzando fronteras de espacio y género en el siglo XIX. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 296-308.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

MACHADO, Laura Gomes. *Mulheres em Exposição - Museu Julio de Castilhos (2011-2022)*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.

MAGALHÃES PINTO, Ana Flávia. Tintas negras nos escritos da liberdade. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*. n. 13, no. 35, fev., 2021, p. 10-28.

MARTIN, Claire Emilie; GOSWITZ, María Nelly. *Retomando la palabra: las pioneras del XIX em diálogo com la crítica contemporánea* (orgs.). Madrid: Iberoamericana, 2012.

MAZURANA, Juliana. *Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa*. 1a edição. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2017.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 17-28.

MOTTA, Ivania Pocinho. *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868 – 1892)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. 2015.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). Mulheres - Século XIX. *Revista de Literatura Brasileira*, Florianópolis, n. 23. 1991.

OLIVEIRA, Patricia Chaves de; GÓMEZ, Paula Padilla. Pesquisa em etnobotânica no Uruguai: que pensam as lideranças femininas charrúas? *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v.16, n.8, Portugal, 2024, p. 01-19.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEN, Ruben George. Fronteiras Culturais. In: *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. p. 207-217. São Paulo: Hucitec, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORI, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4a edição. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mulheres e história: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul, Brasil). In: MUZART, Zahide Lupinacci. *Revista de Literatura Brasileira*, Florianópolis, n. 23. 1991, p. 54-72.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2019.
- REVERBEL, Carlos. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília de. *Diário de Cecília Assis Brasil: período 1916-1928*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- REVERBEL, Carlos. *O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- RIOS, Dermival Ribeiro. Pampa. Verbete. Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: DCL, 2010.
- RITZEL, Ricardo. Mulher, gaúcha e maragata. In: PEREIRA, Claudemir. *Ricardo Ritzel e raras mulheres que foram protagonistas na história de revoluções do Rio Grande*. Porto Alegre. 04 jul. 2020.
- RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para mulheres no século XIX: a representação da mulher no Jornal das Senhoras. *Revista Outras Fronteiras*, vol. 4, n. 1, 2017, p. 54-76.
- SCHLEE, Juliana Corrêa Pereira. Vidas narradas: mulheres e natureza no pampa gaúcho. *Revista Teias*. Rio de Janeiro: Epub, vol.23 n.69, abr./jun. 2022, p. 354-367.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, n. 18, 2012.
- SILVA, Maria Gabriela Evangelista Soares da. *Imperatriz Leopoldina: uma história da mulher e das ciências naturais no Brasil do século XIX (1817 – 1826)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- SOMBRIÓ, Mariana Moraes de Oliveira. Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX. In: *Cadernos Pagu* (48), Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016, p. 1-38.
- SOSA, Norma. *Mujeres indígenas de la Pampa y la Patagonia*. 1a edição. Buenos Aires: Emecé, 2001.

TREVISAN, Nicole Marie; SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. Mulher e natureza: articulações e sentidos na América Latina. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*. v. 15, n. 1.11, jan./jun. 2025, p. 01-24.

URBIM, Carlos. *Rio Grande do Sul: um século de história*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

Recebido em: 10/05/2026

Aceito em: 13/07/2026